

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE**

**O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU SUSTENTABILIDADE NO
MEIO EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DO CONSELHO EMPRESARIAL
BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

THAIS FREITAS ROSA

Duque de Caxias

2013

THAIS FREITAS ROSA

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU SUSTENTABILIDADE NO
MEIO EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DO CONSELHO EMPRESARIAL
BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de
Educação da Baixada
Fluminense, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a conclusão
do Curso de Licenciatura em
Geografia com Ênfase em Meio
Ambiente.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Fadel

Duque de Caxias

2013

THAIS FREITAS ROSA

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU SUSTENTABILIDADE NO
MEIO EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DO CONSELHO EMPRESARIAL
BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de
Educação da Baixada
Fluminense, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a conclusão
do Curso de Licenciatura em
Geografia com Ênfase em Meio
Ambiente.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Professora Dr^a Simone Fadel - Orientadora

Professora Elaine Cristina Ozório

Duque de Caxias

2013

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus que está sempre presente em minha vida, me orientando, me dando forças e sabedoria para enfrentar os desafios que a vida nos impõe. Ele que iluminou todo o meu trajeto durante essa caminhada de 4 anos.

Agradeço também aos meus pais, Erlan e Bernadeth. Obrigada por sempre acreditarem em mim, pelas orações em meu favor, por me incentivarem nos estudos, por me apoiarem sempre em minhas escolhas. Vocês são dois grandes exemplos! À minha irmã, Gabriella, que sempre foi meu exemplo de determinação e garra e por estar sempre ao meu lado. Obrigada por tudo!

Aos meus avós, primos e tios, que sempre me apoiaram e estão na torcida por minha realização profissional! Ao meu namorado, Rômulo, por todo amor, carinho, apoio, paciência e companheirismo que tem tido comigo, não só nesse momento, mas em todos que estamos juntos!

Aos meus amigos de classe, que fizeram desses 4 anos os melhores possíveis e me deram forças para concluir a graduação. Vocês tornaram meu dia-a-dia na faculdade muito mais especiais! Às amigas Ellen e Loiane, por me ouvirem e serem cúmplices dos meus sonhos!

Aos meus professores, em especial minha orientadora professora Simone Fadel, que sempre foram meus exemplos de persistência, superação e verdadeiras referências profissionais a qual pretendo seguir um dia. Seus ensinamentos são para toda a vida!

Obrigada a todos que, embora não sejam citados aqui, tanto contribuíram para a conclusão dessa etapa na minha vida!

RESUMO

Rosa, T. F. *O Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade no Meio Empresarial: uma Análise do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.* Monografia (Licenciatura em Geografia) Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2014.

Este trabalho objetiva apresentar as contribuições na aplicação do conceito Desenvolvimento Sustentável no meio empresarial e sua posterior substituição pelo termo Sustentabilidade. Buscamos analisar a proposta do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) em algumas empresas no que tange à Sustentabilidade, saber se existe ou não um critério social neste trabalho, sua importância e atuação para o equilíbrio do meio ambiente. Para tanto, faremos um breve histórico sobre o surgimento do movimento ambientalista, analisando o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e seu representante no Brasil, o CEBDS. Em seguida, debatemos sua atuação e colaboração na construção de um meio empresarial mais consciente sobre o meio ambiente. Por fim, fazemos uma discussão acerca da sustentabilidade para além dos negócios, apresentando seus reais interesses e finalidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Meio Empresarial; Sustentabilidade; Meio Ambiente.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Associações por setor à nível internacional	17
Gráfico 2 - Associações por região.....	18
Figura 1 - Imagem da tela inicial do site do CEBDS.....	22
Figura 2 - Imagem retirada da tela inicial do site do CEBDS.....	25
Figura 3 - Homens retirando o óleo na Baía de Guanabara.....	28
Figura 4 - Animal coberto por óleo.....	29
Figura 5 - Imagem do Projeto Lagoas Costeiras.....	29
Figura 6: Imagem do Projeto Educando sobre as águas: Educação Ambiental em Recursos Hídricos.....	30
Tabela 1 - Emissão de gases de efeito estufa de 2010 a 2012.....	31
Gráfico 3 - Distribuição de Emissões de GEE por atividades.....	31

SUMÁRIO

Introdução.....	07
1. Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade.....	10
2. A Rede World Business Council for Sustainable Development (WBCSD).....	16
3. Uma análise do CEBDS: seu papel e atuação para o meio ambiente.....	21
4. As organizações integrantes do CEBDS e suas atuações.....	27
4.1 Petrobrás.....	27
4.2 Natura.....	34
5. A sustentabilidade para além dos negócios.....	38
Considerações Finais.....	42
Referências.....	44

Introdução

A problemática ambiental é um assunto que vem ganhando destaque e espaço para discussão nos últimos anos. Diante da afirmação da consciência individual, do modelo de produção e do consumo desordenado, torna-se necessário discutir os rumos que ganham a nossa atuação no planeta. Vivemos sob uma lógica, na qual acreditamos que a sociedade não se vê integrada a um todo, assumindo-se assim como uma parte da natureza e agindo de forma desarmônica sobre o ambiente. Essa desintegração reflete-se por sua vez, na produção humana que pode acarretar em grandes desequilíbrios ambientais.

Logo, cada vez mais o ser humano se percebe como não-natureza, não problematizando a questão e com isso confirmando, por meio de práticas individuais, uma visão reduzida e fragmentada que pensa o mundo a partir do indivíduo, ou seja, o indivíduo é a célula máxima da sociedade. (GUIMARÃES, 2004, p.3).

Sob uma perspectiva social, essa lógica da dominação reflete-se em práticas pontuais e individualistas, ou seja, práticas que não privilegiam ações coletivas e conseqüentemente reforçam as disparidades sociais. Já pelo aspecto ambiental, vivenciamos a enorme degradação da natureza causada pelo descompasso desse modelo de desenvolvimento que se fundamenta no discurso da busca pelo melhor para todos, privilegiando, no entanto, apenas uma parcela da sociedade enquanto suas conseqüências são sentidas por toda a população. Além disso, ao considerarmos as enormes disparidades, ocasionadas pelos diferentes níveis de produção, padrões de consumo e diferentes classes sociais, presentes em diferentes nações e até mesmo entre uma mesma sociedade, podemos dizer que, aos países e regiões mais poderosas competem às melhores condições de trabalho e de vida, enquanto às regiões menos favorecidas, ficam evidenciadas a precarização de serviços, trabalho, lazer e outros.

Nesse sentido, surge então a necessidade de questionarmos e repensarmos esse modelo de sociedade e propormos melhorias para a relação do homem com a natureza. Para tanto, escolhemos analisar aqui, o setor empresarial e seus trabalhos desenvolvidos para o meio ambiente, já que são as empresas as maiores responsáveis por grandes impactos sociais e ambientais. Sendo assim, a presente pesquisa tem por objetivo principal, analisar como vem sendo trabalhada a questão ambiental no meio empresarial diante da atual lógica de adequação de processos a um padrão sustentável. Acreditamos que, a partir desse estudo será possível propor uma reflexão e possíveis mudanças de valores e princípios que podem e devem ser refletidos em práticas diárias.

Como processos metodológicos, fizemos pesquisas acerca do surgimento desse movimento em defesa do meio ambiente e das diversas concepções existentes sobre sustentabilidade, com o objetivo de entender como essa nova lógica está sendo pensada pelo meio empresarial. Além disso, buscamos compreender como se dá a distribuição das empresas e seus processos produtivos pelo mundo, considerando a lógica entre potências dominantes e dominadas. Sobre isto, Santos (1982) nos diz:

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O <valor> de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional. (p.14).

Desta forma, nosso trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, intitulado “Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade?” é feito um breve histórico do movimento ambientalista e é apresentado um embate acerca da utilização dos termos Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade. Nesse instante, apresentaremos suas diversas abordagens e o real significado da mudança na utilização destes termos. Em seguida, partindo para um momento na qual tivemos empresas se preparando para essa nova cobrança internacional, abordamos no segundo capítulo, a rede *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) ou Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e seu papel na discussão de estratégias para o desenvolvimento sustentável.

Já no terceiro capítulo, optamos por fazer uma análise sobre o papel e trabalho desenvolvido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, por este ser o órgão que representa o WBCSD no Brasil. Neste capítulo, objetivamos compreender a ideologia presente no CEBDS e como este Conselho orienta empresas a desenvolverem um trabalho em prol da sustentabilidade. Em seguida, no capítulo quatro, chamado “As organizações integrantes do CEBDS e suas atuações”, analisaremos a coerência entre a atuação de duas empresas associadas ao Conselho e se o que é proposto pelo mesmo vem sendo realizado pelas organizações. Para isto, escolhemos as empresas Petrobras e Natura que, apesar de desenvolverem programas voltados para a sustentabilidade, apresentam diferentes atuações no âmbito local.

Por fim, no quinto capítulo, “A sustentabilidade para além dos negócios”, faremos uma discussão acerca de como vem sendo feita a apropriação do discurso ecológico pelo meio empresarial, tomando por base as empresas analisadas neste trabalho (Petrobras e Natura). Além disso, utilizaremos as contribuições da ciência geográfica para analisar e propor melhorias nos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o

Desenvolvimento Sustentável, pois acreditamos que, por ser a Geografia uma ciência que transpassa diversas áreas do conhecimento, esta contribui para a criação de uma percepção do todo, possibilitando ao homem uma visão integrada da realidade baseada no equilíbrio da relação homem x natureza. Dessa forma, a Geografia assume um importante papel na construção de valores e princípios que serão mais tarde, aplicados na construção de um novo mercado de trabalho.

1. Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade?

A preocupação com o meio ambiente existe desde os tempos mais remotos. De acordo com Lago e Pádua (1984), já no século XIX havia, entre os naturalistas, artistas e amantes da natureza, um movimento para conter a destruição das áreas naturais. No entanto, apesar dos graves problemas ambientais já registrados nessa época, foi apenas no século XX que a atenção para a questão ambiental passou por uma grande expansão que se deu de forma lenta e diferenciada entre diversos atores sociais e regiões do planeta.

Foi a Segunda Guerra Mundial e o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, um importante momento para que o homem percebesse finalmente, seu potencial de destruição no planeta, já que foi no período do Pós-guerra que ficou evidente uma maior preocupação com o meio ambiente em âmbito global (Lago e Pádua, 1984). Isto é, apesar de todos os impactos que já vinham sendo causados sobre a natureza – destaque para a Revolução Industrial - foi a grande devastação causada pela 2ª Guerra Mundial, o ápice do poder de destruição humana.

Somando à grande destruição da guerra, a ameaça de incremento de impactos ambientais causados pelo crescimento da industrialização e urbanização, surgiu a necessidade de se pensar novos instrumentos de intervenção capazes de alcançar todo o cenário internacional. A década de 1960 foi assim, marcada pelo surgimento de organizações não governamentais (ONGs) e movimentos que debatiam não só os limites do crescimento econômico, mas também o modo de vida que a população vinha tendo. Ainda nessa época, não podemos deixar de citar dois importantes eventos: a denúncia feita pela Bióloga Rachel Carlson pelos estragos causados pelo uso do inseticida DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) e agrotóxicos, em seu livro chamado *Silent Spring* (Primavera Silenciosa); e a criação do Clube de Roma para debater a crise e o futuro da humanidade. Ambos os episódios trouxeram discussões acerca do futuro do planeta e alertaram para a possibilidade do fim dos recursos naturais no mundo.

Mais tarde, na década de 1970, tivemos a criação de importantes organizações internacionais com o intuito de discutir os problemas ambientais em âmbito global. Além disso, foi nessa época que tivemos o auge do movimento ambientalista, forte principalmente na Europa, e o começo da preocupação ambiental pelo sistema político. Já em 1972, aconteceu a importante Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, na Suécia. Com um total de 113 países participantes, a

Conferência destacou problemas da pobreza e do crescimento populacional e estabeleceu metas ambientais e sociais focadas em países em desenvolvimento. Uma resolução da Conferência foi a publicação da *Declaração do Ambiente Humano*, que orientava os governos, estabelecia o Plano de Ação Mundial e recomendava o desenvolvimento de um Programa Internacional de Educação Ambiental.

A conferência de Estocolmo foi fortemente marcada por acaloradas discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento. Foi a primeira das grandes conferências da ONU a debater intensamente os vínculos existentes entre desenvolvimento e meio ambiente (CAMARGO, 2003, p.66).

Ainda nesse contexto, como diz Barbieri (2005), o Brasil “defendeu o desenvolvimento a qualquer custo e não reconheceu a gravidade dos problemas ambientais.”, momento este marcado pela política desenvolvimentista calcada na industrialização realizada na época. É importante ressaltar também, outro fato importante que ocorreu no contexto mundial que foi a crise do Petróleo em 1973. Tratando-se de uma crise de grande repercussão mundial, a mesma serviu para alertar o mundo sobre o consumo desenfreado dos recursos naturais, possibilitando assim a discussão sobre recursos renováveis e não renováveis. Além disso, foi também nessa época que se iniciou a discussão sobre os perigos da destruição da camada de ozônio.

Já a década de 1980, ficou conhecida no Brasil como a década em que surgiram leis que regulamentavam a produção industrial e de grandes resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), como o estabelecimento da realização de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/Rima). Em âmbito global, mais tarde em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), conhecida por Comissão Brundtland, que tinha como objetivo reexaminar os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento para então propor medidas para solucioná-los. Foi nesse momento que teve destaque o termo Ecodesenvolvimento, criado por Maurice Strong e ampliado pelo economista Ignacy Sachs.

Sachs compreendia o ecodesenvolvimento como um conjunto de metas que objetivava a criação de um mundo equilibrado com uma sociedade sustentável, isto é, significava ter um desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente. Para tanto, o ecodesenvolvimento faz relação com outros aspectos não estritamente ambientais. Para Lago e Pádua (1984), o grande mérito dessa teoria do ecodesenvolvimento está em deslocar o problema do aspecto puramente quantitativo, crescer ou não cresce, para o exame da qualidade do crescimento.

Após muitas pesquisas, em 1987, a Comissão chegou a um relatório final, conhecido por *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) ou Relatório Brundtland. O Relatório Brundtland apontou uma série de problemas ambientais e apresentou um novo olhar sobre desenvolvimento, compreendendo-o através de um viés sistêmico, pois faz relação dos problemas ambientais às questões socioeconômicas, políticas e tecnológicas. Ademais, o Relatório teve um papel decisivo na divulgação do termo desenvolvimento sustentável, considerado por Barbieri (2005), um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades. Ou seja, seria um desenvolvimento capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer as necessidades de gerações futuras.

Dessa forma, o termo Desenvolvimento Sustentável passou a ser utilizado, na maioria dos casos, em substituição ao termo utilizado anteriormente, ecodesenvolvimento. Por mais que o termo desenvolvimento sustentável viesse sendo amplamente divulgado pelo *Nosso Futuro Comum*, foi na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) ou Eco-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, que o termo tornou-se uma expressão normativa entre as organizações internacionais. Neste momento, a Rio-92 foi consagrada o mais importante evento do século, conseguindo reunir 179 representantes de países e aproximadamente 100 chefes de Estado, merecendo assim uma abordagem especial neste trabalho.

A Cúpula da Terra chamou a atenção do mundo para a dimensão global dos perigos que ameaçam a vida na Terra e, por conseguinte, para a necessidade de uma aliança entre todos os povos em prol de uma sociedade sustentável. (Agenda 21, p.7, 1995).

Camargo (2003) nos lembra de que na Rio-92 foram estabelecidas pela primeira vez, as bases para alcançar o desenvolvimento sustentável em escala global, fixando direitos e obrigações no âmbito do meio ambiente e do desenvolvimento. Como resultados, tivemos a elaboração de diversos documentos¹, sendo a Agenda 21 um dos principais. Nesta, foram identificados problemas prioritários e os respectivos meios para enfrentá-los, bem como metas a serem atingidas no futuro. De acordo com seu documento oficial, “A Agenda 21 é ao mesmo tempo o mapa e o roteiro para a construção de uma sociedade sustentável” (p.8), isto é, trata-se de um documento que tem por objetivo principal articular o poder legislativo brasileiro para uma maior discussão de temas ambientais, disseminação de informações relacionadas a estes e mecanismos de comunicação com a sociedade civil.

¹ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Rio-92, aprovou diversos documentos, dentre eles: a Convenção sobre Mudanças Climáticas; a Declaração de Princípios sobre florestas; a Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e o desenvolvimento; e a Agenda 21.

No entanto, sabemos que a elaboração destes documentos não significou de fato o cumprimento de ações que priorizassem a vida humana e o equilíbrio do meio ambiente. Pelo contrário, podemos dizer que o que fica claro é a prevalência de interesses econômicos, políticos e comerciais, revelando assim uma distância muito grande entre o que foi proposto e o que vem sendo realizado. Em termos de conscientização, consideramos relevante e fundamental a abrangência alcançada em relação à consciência ambiental no mundo. Isso não significa dizer que foi alcançada a consciência desejada, mas o fato desse assunto ter sido disseminado pelo mundo e reunido potências para discutir o assunto, já é um começo importante. Basta pensarmos nos diversos eventos, projetos e movimentos girados em torno da temática ambiental que tem acontecido nos últimos anos.

São várias as definições e compreensões para o termo Desenvolvimento Sustentável, mas optamos por trabalhar aqui, as mais conhecidas presentes no Relatório Nosso Futuro Comum, a saber: I) Desenvolvimento Sustentável é um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo (1991, p.4); II) O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (1991, p.46); III) Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (1991, p.49).

Desde então tal conceito veio sendo largamente utilizado no mundo com o intuito de “adequar” organizações a este novo padrão considerado ambientalmente correto, padrão este onde objetiva-se alcançar a qualidade de vida do ser humano a partir de medidas comprometidas com o equilíbrio da natureza, da população e com o sucesso das instituições. Sendo assim, ficam aqui alguns questionamentos: Por que em um determinado momento, o termo desenvolvimento sustentável foi sendo substituído pelo conceito de sustentabilidade? Seria este mais apropriado e coerente do que o primeiro? Ou ainda, o que querem dizer os precursores desse novo conceito? Afinal de contas, seria possível pensarmos em um desenvolvimento sustentável na atual sociedade capitalista em que vivemos? Para compreendermos como aconteceu essa transição, é necessários analisarmos as dimensões das duas palavras que compõem o termo desenvolvimento sustentável.

Como nos diz Rua (2012), partindo da ideia de que, desenvolvimento não significa apenas crescimento, mas também fortes relações de poder podemos entender que se torna

inviável o estabelecimento de um equilíbrio já que essas relações fazem com que uma parcela do espaço expresse mais poder do que outras. Esse olhar diferente para determinados territórios faz com que certas áreas tenham seus recursos dominados e sejam mais degradados quando comparados a outras áreas. Neste sentido, Harvey (2004) questiona o modelo que é imposto pelos países hegemônicos sobre um único desenvolvimento e nos convida a pensar em diferentes desenvolvimentos geográficos desiguais. O autor sugere assim, que cada parcela do espaço geográfico deve garantir o direito de seus atores sociais definirem seu próprio desenvolvimento, ao invés de ter que seguir um determinado modelo imposto.

Acreditamos que, dessa forma, é possível garantir as diversidades e diferenças de cada espaço geográfico a ponto de estabelecer para cada um destes, o melhor desenvolvimento para si. Isto é, ao não termos a homogeneização de discursos, é possível transformar as diversidades em algo que, de fato, beneficie aquela região. Afinal de contas, o que é bom para um lugar, não é necessariamente bom para outro. Ou seja, o que queremos demonstrar, é que não podemos entender as diversidades como desigualdades, mas sim que, por mais que cada espaço esteja relacionado a um todo, ele possui particularidades que podem e devem ser levadas em consideração ao se pensar uma sustentabilidade.

Vale também citar aqui uma pertinente observação feita por Schwartzman (1999) em que o autor diz que a perspectiva do desenvolvimento sustentável é notadamente antropocêntrica na medida em que os documentos produzidos a esse respeito expressam a preocupação com o futuro da humanidade, fazendo prevalecer assim os interesses econômicos. Isto é, o autor pretende mostrar que ainda se privilegia questões financeiras e políticas frente à questões da natureza.

É nessa conjuntura que diversas instituições passam a considerar a utilização de um novo termo, que aparentemente, é mais apropriado: a Sustentabilidade. Como nos diz Rua (2012), “se o desenvolvimento é concebido como crescimento, já é insustentável. A expressão sustentável é um adjetivo que veio salvar aquela coisa que já estava condenada” (p.5). Ou seja, com a confirmação de que o melhor termo a se trabalhar não é o desenvolvimento sustentável, surge o conceito de Sustentabilidade na intenção de resgatar esse pensamento de suposta preocupação com o futuro que o termo Desenvolvimento Sustentável já não representava tão bem.

De acordo com o caderno *Ética e Sustentabilidade* do Ministério do Meio Ambiente, a expressão desenvolvimento sustentável sofreu críticas desde seu início por possuir contradições em seus próprios termos e apresentar uma lógica fundada na exploração

sistemática e ilimitada de todos os recursos naturais existentes. Dessa forma, foi proposto o uso do termo sustentabilidade, definido como:

A categoria “sustentabilidade” provém das ciências da vida, da biologia e da ecologia. A sustentabilidade significa que no processo evolucionário e na dinâmica da natureza vigoram interdependências, redes de relações inclusivas, mutualidades e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres convivam, co-evoluam e se ajudem mutuamente para manterem-se vivos e garantir a biodiversidade. A sustentabilidade vive do equilíbrio dinâmico, aberto a novas incorporações, e da capacidade de transformar o caos geradores de novas ordens. (p.5)

Em outras palavras, o termo sustentabilidade passou a ser utilizado com o objetivo de melhorar a “imagem” dos trabalhos desenvolvidos por diversas instituições que viram no termo “desenvolvimento sustentável” o insucesso de seus negócios. A questão a ser discutida é a forma como esta sustentabilidade está sendo pensada, o público a qual pretende atingir e se o trabalho realizado pelas organizações passaram, de fato, por mudanças estruturais. Não adianta a mudança na utilização dos termos se o trabalho realizado continuar sendo o mesmo. É necessário que se pense em diversas sustentabilidades, uma para cada região ou instituição, de acordo com suas potencialidades.

Dessa forma, o trabalho realizado acaba não sendo o mais apropriado e não consegue consequentemente, estabelecer uma relação equilibrada com o meio ambiente, com a sociedade e o obter o maior sucesso da instituição. Por isso, acreditamos ser urgente pensar em múltiplas sustentabilidades, como nos diz o autor:

Precisamos pensar em multissustentabilidades integradas às medias territoriais e ao multidesenvolvimento, em considerarmos a multiescalaridade da ação política integrando os conflitos e resistências aos modelos econômicos, e as sustentabilidades territoriais integrando a multidimensionalidade do território com as dimensionalidades do desenvolvimento e as dinâmicas que as animam. (RUA, 2012, p.5).

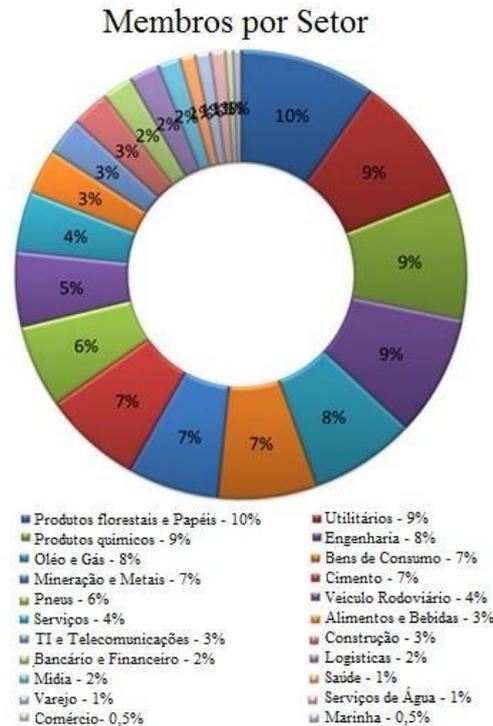
Além disso, é necessário que a Sustentabilidade seja pensada para a sociedade e neste caso, entendemos sociedade como toda a população, e não apenas e principalmente para o sucesso da instituição, pois quando pensada e feita para a população, é boa para todos, inclusive para a empresa. Já a afirmação contrária não é verdadeira. O que viemos observando hoje são ações características de um mesmo sistema capitalista de antes onde predominam práticas excludentes, individualistas e gananciosas, ou seja, práticas que favorecem apenas uma pequena parcela da população e tem como objetivo único e principal o acúmulo de mais-valia, deixando assim o ambiente e a sociedade em último plano.

2. A Rede World Business Council for Sustainable Development (WDCSD)

Em um momento onde a problemática ambiental ganhou enorme destaque internacional e diversos eventos ocorreram para se discutir o futuro do planeta, a década de 1990 foi marcada pela criação do *World Business Council for Sustainable Development* (WDCSD) ou Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. A rede que, existe até hoje, tem por objetivo discutir estratégias ligadas ao desenvolvimento sustentável e é regida por um Conselho formado por empresas membros do CEO e seus respectivos representantes. Os membros do Comitê Executivo, incluindo o Presidente e quatro Vice-Presidentes, são eleitos por um período de dois anos pelo Conselho. Já a responsabilidade pela gestão do WBCSD encontra-se com o Presidente, com base na sede em Genebra, e é assistida por um secretariado pessoal. O comitê executivo e seus respectivos líderes empresariais se reúnem três vezes no ano para analisar, debater e trocar opiniões e experiências acerca do tão propagado desenvolvimento sustentável.

De acordo com o site do WDCSD, a composição do WBCSD permite às empresas: a) Demonstrar liderança no desenvolvimento sustentável, melhorando a sua reputação com clientes, governos e outras partes interessadas; b) Testar novos mercados e modelos de negócios – através de um “laboratório” cross-sectorial; c) Compreender as questões de longo prazo que afetam o cenário competitivo; d) Construir alianças melhores e mais inovadoras e parcerias com os principais clientes, colaboradores, fornecedores e partes interessadas; e) Influenciar a agenda global de sustentabilidade, em vez de ser moldado por ele; f) Desenvolver e explorar ideias de vanguarda em matéria de sustentabilidade e suas implicações para a competitividade empresarial; g) Desenvolver as ferramentas e capacidades para melhor implementar o desenvolvimento sustentável. h) Cobrir a base em uma ampla gama de questões, libertando-se de recursos da empresa para se concentrar em questões estratégicas centrais.

O Conselho conta com aproximadamente 60 conselhos nacionais e regionais em 36 países e de 22 setores industriais, além de 200 grupos empresariais que atuam em todos os continentes. A porcentagem correspondente à atuação em cada setor, assim como a representação dos membros por região, pode ser exemplificada com os gráficos abaixo:

Gráfico 1: Associações por setor à nível internacional

Adaptado de: <http://www.wbcsd.org/about/members.aspx>

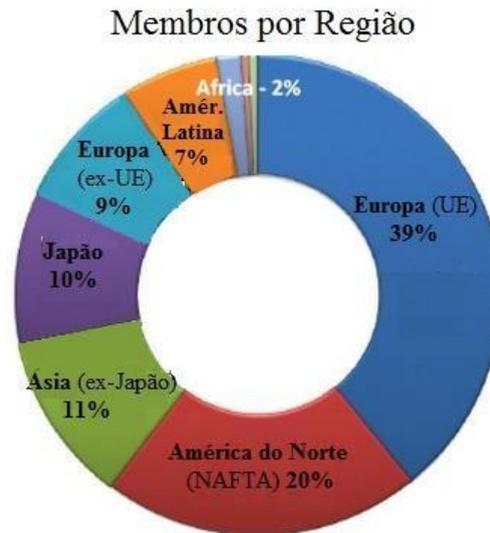
Acessado em: 7, novembro, 2013.

Para que possamos fazer uma análise deste gráfico (*gráfico 1*), vale elucidarmos os principais tipos de setores econômicos presentes nas empresas associadas ao WDCSD e suas respectivas características. Tomaremos por base, a classificação feita pelo IBGE sobre os principais setores da economia do Brasil (primário, secundário e terciário). Dessa forma, adotaremos os seguintes ramos de atividades: comércio, indústria, construção civil e serviços. Ao setor primário, cabem as empresas ligadas à produção da exploração de recursos provenientes da natureza, como a agricultura, mineração, pecuária e outros. Ao setor secundário, destinam-se as atividades responsáveis por transformar matérias-primas em produtos industrializados, ou seja, esse setor atua no sistema industrial englobando produção de máquinas, equipamentos, bens de consumo e outros. Já o setor terciário, está relacionado às atividades de prestação de serviços e comércios em geral. Podemos citar como exemplo, atividades econômicas como comércio, educação, transportes e outros.

A partir dessa compreensão, é possível observarmos que, a maior parte das empresas associadas ao Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, estão relacionadas a produção de produtos florestais e papéis, com 10% de participação, produtos químicos e utilidades e energia, ambos com 9% de associação. Isto é, 28% das empresas que

participam do WDCSD estão associadas ao setor primário e secundário da economia, destinados à extração e produção. Já no gráfico abaixo (gráfico 2), o gráfico expõe a participação das empresas por região, ou seja, a quantidade em porcentagem, de empresas associadas por regiões dos continentes.

Gráfico 2: Associações por região



Adaptado de : <http://www.wbcsd.org/about/members.aspx>

Acessado em: 7 de novembro, 2013.

Ao analisarmos o gráfico 2, observamos que o Conselho atinge organizações em diversos locais do mundo, sendo a Europa (EU), a região que possui maior número de empresas associadas (39%). Em segundo lugar, vem a América do Norte com 20% de representação. Além disso, podemos observar que, as organizações estão distribuídas pelos principais centros capitalistas do cenário internacional, fazendo-se presente no continente Americano, Asiático, Europeu e Africano. Sobre essa constatação, podemos afirmar que se trata de uma das características do processo de globalização, ou, como denominou Santos (2001), da internacionalização do mundo capitalista. Neste processo, as empresas localizam-se predominantemente, em potências centrais, como Estados Unidos e Japão, mas possuem ações que alcançam largas escalas atingindo também, e diferentemente, países menos desenvolvidos e mais hegemônicos. Como nos lembra Santos (2001):

As potências centrais (Estados Unidos, Europa e Japão), apesar das divergências pela competição quanto ao mercado global, têm interesses comuns que as incitarão a buscar adaptar suas regras de convivência à pretensão de manter a hegemonia. (SANTOS, 2001, p.153).

Sob essa lógica, devemos entender que, o fato do maior número de empresas estarem presentes nesses centros mundiais, não se dá meramente por acaso. A partir do momento que o mundo percebe o movimento em defesa da sustentabilidade e a necessidade de adequar suas organizações a um padrão consciente, torna-se fundamental aderir novas regras que permitam a esses países manterem sua hegemonia no cenário internacional. Isto é, as potências centrais veem vantagens, econômicas principalmente, em servirem de exemplos para outros países no que diz respeito à sustentabilidade, fazendo assim, com que suas empresas se adequem a uma nova conjuntura internacional. Além disso, devemos ressaltar que, nesse sentido, os países centrais são mais cobrados tanto pela sociedade civil, ONGs, quanto pelo próprio governo que exige processos mais eficientes das companhias empresariais.

Além disso, a essa grande participação de empresas associadas ao WDCSD em diferentes regiões do mundo, podemos dizer que se trata também de uma característica do processo de globalização, onde ocorre a expansão dos fluxos sobre os fixos. (SANTOS, 2008). Isto é, com o avanço e adventos de novas tecnologias (destaque para a internet), principalmente, tivemos a eliminação das fronteiras e encurtamento das distâncias no que tange às ações do cenário mundial. Com isso, o mundo tornou-se mais interligado e a atuação das organizações passou a não se restringir apenas às regiões onde estas se localizam, mas também à locais distantes. Dessa forma, torna-se mais fácil a adequação de diversas empresas em diferentes lugares a uma nova cobrança internacional.

Essa adequação ou transferência de alguns setores da empresa para outras regiões possibilita-nos compreender também outra face da globalização. Face esta onde os problemas ambientais são transferidos de um local a outro. Ou seja, a intenção e os esforços empresariais para ser sustentável não são repassados para todos os setores da empresa, sendo remanejados para regiões que apresentam vantagens econômicas para as sedes empresariais e de modo geral, regiões menos favorecidas e dominadas por potências hegemônicas. Sendo assim, o fato da Europa possuir mais membros associados ao Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, não é meramente coincidência. Podemos entender esse dado também como fruto dessa exportação de problemas ambientais, o que favorece essa região em termos de adesão a padrões sustentáveis, mas que na verdade, não significa que não poluam, por exemplo, outras regiões.

Um bom exemplo desse processo aqui no Brasil é o caso da empresa alemã ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) localizada na Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro. Objetivando diminuir seus custos e aumentar sua lucratividade, a empresa se instalou na região em 2010 e desde então vem causando sérios riscos à saúde dos moradores do local, dentre problemas respiratórios, irritação das mucosas, além de problemas ambientais como a contaminação do solo com metais pesados, destruição da vegetação do mangue e outros. Outro exemplo que podemos citar é o do vazamento de petróleo na Bacia de Campo, no Rio de Janeiro, causada pela petroleira americana Chevron em novembro de 2011. A empresa foi responsável pelo vazamento de 2,4 mil barris de petróleo na região e responde por diversos processos não só no Brasil, mas também em outros países.

Podemos pensar ainda, no mercado de crédito de carbono que emite um certificado eletrônico às empresas que conseguem reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa. Dessa forma, essas empresas obtêm créditos de carbono que podem ser vendidos no mercado financeiro, já que são consideradas *commodities*². Ou seja, a sede de uma empresa localizada na Europa, por exemplo, pode ganhar créditos de carbono por sua atuação em seu país de origem, no entanto pode exercer suas atividades de produção que causam danos ambientais, em outros países. Esses e outros exemplos devem ser considerados ao pensarmos nesses índices abordados no gráfico 2. É importante ressaltar que, além dos impactos ambientais causados por essas empresas, também existem os impactos sociais e econômicos que são capazes de modificar toda a dinâmica de um lugar. Por isso a importância de cobrarmos por uma atuação eficiente empresarial, seja em sua sede ou em suas filiais.

No próximo capítulo estudaremos a atuação do WDCSD no Brasil, representado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, o CEBDS, e como a proposta do WDCSD se faz presente no nosso país.

² Commodity é um termo de língua inglesa (plural commodities), que significa mercadoria. É utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. O termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias.

(Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955&refr=608>> Acessado em: 15 de janeiro, 2014)

3. Uma análise do CEBDS: seu papel e atuação para o meio ambiente

Neste capítulo, falaremos sobre o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, o CEBDS, e sua atuação enquanto instituição que orienta e estimula o desenvolvimento sustentável entre suas empresas associadas. Nosso objetivo é entender o que o CEBDS propõe às empresas quando sugere um desenvolvimento sustentável, ou seja, o que este Conselho considera e qual a apropriação feita pela organização deste conceito. Além disso, buscamos aqui entender a importância assumida pelo Conselho e qual o valor social presente no trabalho desenvolvido pelo mesmo. Diante disso, abordaremos a ideologia adotada pela instituição e suas principais características.

O CEBDS é uma associação civil, fundada em 1997 e presente até hoje, que atua junto aos governos, empresas e sociedade civil para implementar o desenvolvimento sustentável no meio empresarial. Para fazer uma contextualização no espaço-tempo, é importante compreendermos que, o surgimento deste Conselho se deu em um momento em que diversos países já se reuniam para pensar caminhos que alcançassem o desenvolvimento sustentável. Isto é, já era uma preocupação no âmbito global os rumos que o planeta vinha tomando e daí a importância da criação de um Conselho nacional que orientasse empresas como agir nesta caminhada em busca do equilíbrio do planeta.

O Conselho, que reuni os maiores grupos empresariais do país, é o representante no Brasil da rede do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). No Brasil, o CEBDS tem 73 grandes grupos, entre empresas multinacionais e nacionais, que respondem por cerca de 40% do PIB nacional e atuam em diferentes setores da economia, como indústria, comércio e serviços. Esses grupos são responsáveis por significativa parcela da renda nacional para os investimentos públicos. De acordo com o site oficial do Conselho podemos citar como principais objetivos³:

I) Facilitar, por meio de uma plataforma segura para as empresas associadas, a troca de conhecimento e experiência entre as organizações, fomentando parcerias e o engajamento em iniciativas de múltiplas partes; II) Prover, por meio do fornecimento de informações, ferramentas que auxiliem as organizações na implementação, na mensuração e na comunicação de seus esforços em direção ao desenvolvimento sustentável; III) Orientar a visão da comunidade empresarial em assuntos relacionados à sustentabilidade, ao articular a cooperação entre seus associados, de maneira proativa, em debates e na formulação de políticas públicas com governos, sociedade civil e outros atores; IV) Comunicar a disseminação de boas práticas, ao demonstrar a contribuição de suas empresas associadas para o desenvolvimento sustentável e para a sociedade, de forma simples e compreensível; V) Catalisar, ao estimular

³ Essas e outras informações estão disponibilizadas no site do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, que se apresenta de forma simples e clara, sendo fácil a navegação pelos usuários.

o desenvolvimento sustentável em suas empresas associadas, em seus projetos e em suas parcerias, de modo a gerar resultados concretos. (Disponível em: <<http://cebds.org.br/objetivos/>> Acessado em: 7 de novembro, 2013).

O site apresenta ainda, algumas caixas de informações (chamadas Água, Biodiversidade, Clima, Comunicação, Mobilidade e Finanças) que representam campos de atuação do Conselho (Ver figura 1). Cada uma delas possui seus representantes, apresenta o que se entende por aquela categoria, os objetivos e missões do Conselho sobre aquele tema e quais ações o Conselho considera corretas sobre aquele determinado assunto.

Figura 1: Imagem da tela inicial do site do CEBDS



Fonte: <http://www.cebds.org.br/#>, 2013.

Acesso em: 15 de janeiro, 2014.

Considerando que o Conselho foi criado 5 anos após a Rio-92 e com base nos documentos produzidos neste encontro, como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Carta da Terra e a Agenda 21, observamos que a escolha do CEBDS por estes 6 temas (Comunicação, Água, Biodiversidade, Finanças, Clima e Mobilidade) foi amplamente influenciada pelos propósitos apresentados nesses documentos. Primeiramente, faremos algumas pontuações sobre a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, documento elaborado com o intuito de estabelecer uma nova e justa parceria global a partir da cooperação entre diversos Estados, sociedade e indivíduos, trabalhando para a conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e

protejam a integridade global de meio ambiente e desenvolvimento. Nele, são apresentados 27 princípios para que tais objetivos sejam alcançados.⁴

De acordo com sua apresentação, o Princípio nº10 assegura que, a nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas. Além disso, defende que os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Dessa forma, o que é apresentado no site do CEBDS em “Comunicação” assemelha-se a esses objetivos defendidos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, já que é exposto que o Conselho considera importante e promove estudos e seminários que buscam oferecer ferramentas necessárias para que nossa sociedade alcance um novo patamar de desenvolvimento. Ademais, o CEBDS objetiva esclarecer e disseminar pela sociedade o conceito de desenvolvimento sustentável e seu potencial para transformação da nossa atual sociedade.

Continuando nossa análise, veremos agora algumas contribuições trazidas pela Carta da Terra, elaborada com a seguinte finalidade: “inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltada para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações” (Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/what_is.html> Acessado em: 15 de janeiro, 2014). No texto da Carta da Terra são apresentados 16 princípios, das quais destacamos alguns. O Princípio nº2, chamado Integridade ecológica, defende a proteção e restauração da integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com atenção especial à diversidade biológica e aos processos naturais. Dentre as medidas citadas, é defendido “estabelecer e proteger reservas naturais e da biosfera viáveis, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural” (Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>>).

Ainda neste princípio, é priorizada a administração do uso de recursos renováveis (e.g., água, solo, produtos florestais e vida marinha) que não excedam às taxas de regeneração dos ecossistemas. Além disso, é defendida uma administração eficiente para a extração e uso de recursos não renováveis, como minerais e combustíveis fósseis, de forma a minimizar os seus esgotamentos e danos ambientais graves. Nesse sentido, verificamos coerência do que é

⁴ Vale ressaltar que ambos os temas trabalhados pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Água, Biodiversidade, Clima, Comunicação, Mobilidade e Finanças) aparecem em mais de um documento a ser utilizado em nossa análise. No entanto, não faremos referências de cada tema em todos os documentos trabalhados (Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Carta da Terra e Convenção da Diversidade Biológica).

apresentado pela Carta da Terra com os temas Biodiversidade e Água abordados no site do CEBDS. Na caixa “Água”, este recurso é percebido pelo Conselho como algo essencial à vida (e podemos dizer, ao próprio funcionamento das organizações), já que está presente de diversas formas em nosso cotidiano. Além disso, é abordada a questão da escassez de água no mundo e sua distribuição, alertando para o fim da água doce no planeta. Sobre isso, o texto alerta para a importância do bom uso da água por parte das empresas.

Na caixa “Biodiversidade”, o CEBDS compreende a mesma como um patrimônio de valor incalculável, considerando inclusive que, neste novo milênio, os recursos naturais (fauna, flora e recursos hídricos) terão maior importância do que o petróleo. Além disso, nesse espaço é defendido o uso racional e sustentável dos recursos hídricos, objetivando assim a manutenção dos mesmos. Ainda no texto da Carta da Terra, o Princípio nº10 objetiva “Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável”, alegando em uma de suas medidas a exigência para que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência e responsabilidade pelas consequências de suas atividades. Nesse sentido, o CEBDS segue o que é proposto quando defende na caixa “Finanças” que, devido ao fato das instituições financeiras assumirem um papel fundamental na construção de um desenvolvimento sustentável, as mesmas devem fomentar a discussão de princípios e melhores práticas, assumindo sempre os princípios de ética e transparência.

No Princípio nº6, a Carta da Terra afirma: “Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução”. O texto defende ainda, que seja impedida a poluição de qualquer parte do meio ambiente, evitando o aumento de substâncias radioativas, tóxicas e outras substâncias perigosas. Nesse aspecto, a caixa “Clima” no site do CEBDS, não apresenta de forma direta o que considera por este fenômeno, dando apenas algumas informações. Dentre elas, podemos perceber que, nesse âmbito, o Conselho pretende possibilitar que as empresas entendam seu papel no contexto das mudanças climáticas e contribuir para a redução dos Gases de Efeito Estufa. Ou seja, tanto o que é objetivado pelo CEBDS quanto o que a Carta da Terra apresenta, defendem que os trabalhos realizados assumam uma postura preventiva e se empenhem no intuito de evitar danos ao meio ambiente.

Por fim, no documento chamado Agenda21, percebemos que o assunto Transportes aparece diversas vezes, sempre defendendo “um sistema de transporte de massas adequado e seguro” (p.66). No item 7.52, são listadas algumas medidas, no total de seis, para ter um sistema de transportes eficientes e ambientalmente sustentáveis em todos os países e os

possíveis meios para implementação destas. Analisando essas medidas, notamos ambas são ações para estimular as demandas por transporte, de incentivos ao transporte público e por um sistema de qualidade. Sobre este assunto, o CEBDS o apresenta em sua caixa “Mobilidade”, onde o Conselho defende a necessidade de tornar sustentável e eficiente a rede logística e de mobilidade urbana. Para tanto, busca fazer as empresas compreenderem a dinâmica problemática de mobilidade para que seja possível articular soluções empresariais em prol de uma mobilidade multimodal e de frotas mais eficientes, limpas e seguras.

Além destas caixas, o site do CEBDS apresenta em sua página inicial, uma caixa de notícias relacionadas ao Conselho e outra ao setor, constantemente atualizada e com o objetivo de manter seus visitantes informados, revelando-se uma característica dinâmica da página. No entanto, na caixa Relatórios CEBDS, podemos observar que, o último Relatório de Sustentabilidade publicado foi o dos anos 2008/2010, o que nos mostra um prazo longo para a divulgação dos mesmos. Ademais, existe no site uma Linha do Tempo da Sustentabilidade, que retrata importantes acontecimentos no mundo sobre a preocupação com o meio ambiente, ou seja, alguns dos principais acontecimentos que desencadearam no surgimento do movimento em busca e defesa da sustentabilidade.

A linha do tempo começa no ano de 1950 e vai até o ano de 2008, com destaques para as décadas de 1980 e 1990 que foram marcadas por maiores eventos e resultados no sentido de planejamento e construção de práticas ambientalmente corretas. (Ver figura 2). Podemos dizer que, essa linha do tempo traz para o site um caráter mais dinâmico, buscando facilitar o entendimento do leitor acerca desse movimento em busca da Sustentabilidade.

Figura 2: Imagem retirada da tela inicial do site do CEBDS



Fonte: <http://www.cebds.org.br/#>

Acesso em: 7 de novembro, 2013.

Ainda na página inicial do site, são divulgadas as instituições parceiras do Conselho (Ministério do Meio Ambiente, Governo Federal, Fundação Getúlio Vargas, PricewaterhouseCoopers e Fundação Dom Cabral) e as empresas associadas que totalizam 71

instituições, combinando empresas atuantes no setor primário, secundário e terciário. Ademais, o site disponibiliza algumas de suas publicações, como a Revista Brasil Sustentável, artigos, fotos, vídeos e projetos realizados pelo Conselho. Todas essas informações são possíveis acessar por uma barra que fica na parte superior da tela e permanece disponível durante todo o uso do site.

Para descrever suas atividades e conhecer melhor seus procedimentos do processo produtivo, o CEBDS apresenta um Relatório de Sustentabilidade, publicado periodicamente e disponibilizado no site oficial do Conselho. De acordo com o Conselho Empresarial e seu Relatório de Sustentabilidade ano 2008/2010, a organização considera um valor fundamental, a construção de parcerias entre setores acadêmicos, governo e sociedade para promover uma relação harmoniosa entre as três dimensões da sustentabilidade – econômica, social e ambiental – e assim beneficiar todas as esferas sociais. Como meta para alcançar o Desenvolvimento Sustentável, o Conselho utiliza-se de um programa baseado no envolvimento com seus *Stakeholders*, ou seja, com os públicos a qual o conselho atinge: clientes, consumidores, funcionários, vizinhos, agentes de crédito, fornecedores e acionistas, entre outros. Desta forma, o Conselho acredita que, é possível orientar o planejamento de ações e eventos das empresas e realizar um melhor trabalho.

A fim de nortear a atuação das empresas, o CEBDS adota o conceito do *Tripple Botton Line* que está fundamentado a partir de três pilares: o econômico, o social e o ambiental. Isto é, a proposta é inovar o jeito de fazer negócios, buscar lucratividade, cuidando do meio ambiente e promovendo o bem-estar social. Quanto a isso, cabe-nos pensar como seria possível e coerente a realização de um trabalho que cuida do meio ambiente e da sociedade tendo como terceiro objetivo, e um dos principais, a busca pela lucratividade? Neste caso, como seria a relação entre esses três pilares e como a mesma poderia favorecer as diversas sustentabilidades existentes em uma determinada área/região?

4. As organizações integrantes do CEBDS e suas atuações

Escolheremos para análise duas instituições associadas ao CEBDS: Petrobras e Natura, respectivamente. Nosso objetivo nesse momento é examinar a coerência do trabalho desenvolvido por essas empresas com a ideologia e ações propostas pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, isto é, analisar se o que o CEBDS propõe às empresas é refletido nas propostas dessas organizações. Sob essa perspectiva, pretendemos pesquisar se, os temas trabalhados pelo Conselho como campos de atuação para se alcançar uma sustentabilidade (chamadas Água, Biodiversidade, Clima, Comunicação, Mobilidade e Finanças), são trabalhados por essas empresas e de que forma isso é feito. Além disso, faremos algumas pontuações sobre como as propostas presentes nos Relatórios de Sustentabilidade dessas empresas estão presentes de fato, em suas atuações.

Dessa forma, pretendemos enfatizar a importância da compatibilidade entre a teoria e a prática, o proposto e o realizado, para que as ações que visam uma atuação empresarial sustentável não se restrinjam apenas a documentos e/ou benefícios às empresas. A escolha das empresas Petrobras e Natura justifica-se pelo fato de que, apesar de ambas possuírem certificados de empresas sustentáveis e trabalharem com este objetivo, estas companhias realizam atividades que repercutem de maneira diferente tanto no ambiente quanto na sociedade. Ou seja, não coincidentemente, buscamos analisar organizações que apresentam imagens diferentes perante o equilíbrio da natureza, comunidades tradicionais e sociedade civil como um todo. Sendo assim, para realizarmos esse estudo, utilizaremos como ferramenta o Relatório de Sustentabilidade produzido por cada empresa e disponibilizado no site de cada uma delas. Vale ressaltar que todos os relatórios analisados correspondem ao ano de 2012.

4.1 Petrobras

A Petrobras, empresa líder no setor petrolífero do país. Ao analisarmos o Relatório de Sustentabilidade divulgado pela empresa, observamos que a mesma estabelece diferentes campos temáticos onde, dentro de cada um desses aborda temas relacionados a um mesmo assunto. Sendo assim, o primeiro tema que buscamos examinar foi o relacionado à Água, assunto este trabalhado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

Em seu relatório, o assunto Água é tratado dentro do tema “Recursos Hídricos” e tem como título “Uso de água”, já evidenciando a intencionalidade presente neste recurso.

Durante o texto, são apresentados os resultados obtidos no ano de 2012 e como a empresa vem trabalhando o uso da água. A partir da leitura do que é apresentado, percebemos que, não é feita nenhuma discussão acerca da importância deste recurso, sendo apresentadas apenas ações internas tomadas pela empresa para evitar o desperdício e a contaminação da água no Brasil e, alguns dados do trabalho realizado naquele ano. Nesse sentido, a Petrobras anuncia que investe na racionalização, reutilização e identificação de fontes alternativas de suprimento deste recurso, revelando assim um caráter preventivo com questões relacionadas a esta riqueza natural.

Tomando como base o que é proposto neste aspecto pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, verificamos que a Petrobras acompanha o Conselho em relação ao que este propõe sobre a água. Isto é, no Conselho fica clara a importância dada ao uso racional da água, já que se trata de um recurso finito, assim como na Petrobras que investe em programas para monitorar e melhorar as atividades com este recurso hídrico, visando seu uso consciente. No entanto, devemos perceber que algumas ações da empresa, como sua atuação na Baía de Guanabara-RJ, por exemplo, não condizem com o que é prezado pela empresa. Dentre os vários vazamentos de óleo que já aconteceram na região, o mais importante e que teve maior repercussão, foi o que ocorreu em janeiro de 2000, em uma das tubulações da Reduc para o Torguá, ambos da Petrobrás. Neste episódio, ocorreu o vazamento de 1.300m³ de óleo combustível na Baía, impactando todos os atores daquela região e a própria dinâmica do ambiente (COELHO, 2007). (Ver figura 3 e 4)

Figura 3: Homens retirando o óleo na Baía de Guanabara



Fonte: <http://global.org.br/programas/13-anos-de-impunidade-pelo-maior-vazamento-de-oleo-em-duto-da-petrobras-na-baia-de-guanabara/>

Acesso em: 22 de janeiro, 2014.

Figura 4: Animal coberto por óleo



Fonte: Domingos Peixoto/O Globo/19-01-2000

Acesso em: 22 de janeiro, 2014.

No entanto, contrastando com essas atuações, a empresa realiza diversos projetos ambientais voltados para crianças, jovens e adultos. Tal postura revela-nos contradições entre o discurso defendido pela empresa e sua atuação e contradições também entre suas próprias ações. Como relata o site da empresa na caixa Programa Petrobras Ambiental (Disponível em: <http://sites.petrobras.com.br/minisite/ambiental/projetos/> Acesso em: 22 de janeiro, 2014), a Petrobras financia diversos Projetos, das quais podemos citar Projeto Lagoas Costeiras, Projeto Agroflorestação Recuperando Ambientes e outros. (Ver figura 5 e 6).

Figura 5: Imagem do Projeto Lagoas Costeiras



Fonte: <http://sites.petrobras.com.br/minisite/ambiental/projetos/lagoas-costeiras/>

Acesso em: 22 de janeiro, 2014.

Figura 6: Imagem do Projeto Educando sobre as águas: Educação Ambiental em Recursos Hídricos



Fonte: <http://sites.petrobras.com.br/minisite/ambiental/projetos/educando-sobre-aguas/>

Acesso em: 22 de janeiro, 2014.

Partindo para o segundo assunto, analisaremos agora o tema Biodiversidade que aparece com este mesmo nome no Relatório de Sustentabilidade. Observamos que, mais uma vez, o objetivo do texto é abordar o que a empresa vem fazendo para ser referência no assunto biodiversidade. Dentre as medidas adotadas, são citadas aprimoramento do sistema de gestão de biodiversidade, oferecimento de cursos com foco em gestão de riscos e impactos ambientais, mapeamento de áreas protegidas, sensíveis e vulneráveis, participação em congressos e outros. Neste aspecto, a Petrobras investe em ações que busquem um melhor uso de recursos como fauna e flora e apresenta um caráter que busca minimizar os impactos à natureza e reparar os danos causados, para que possam ser alcançados os objetivos propostos pelo CEBDS. Logo, pelos investimentos realizados nessa área, percebemos que a Petrobras demonstra certo alinhamento à filosofia do Conselho neste assunto.

Vejamos agora como é trabalhado o tema Clima no Relatório da empresa. O tema é trabalhado dentro do assunto Estratégia e Governança, em um subtítulo chamado “Mudança do Clima”. A organização baseia-se em diversos estudos que apontam o aumento da emissão de gases de efeito estufa (GEE) e consideram os setores de energia e transporte um dos maiores responsáveis pelo aquecimento global. Por este motivo, a empresa declara “nos empenhamos em entender os impactos de nossa atividade sobre as condições climáticas e em aplicar medidas para sua mitigação.” (p.135). Como medidas mitigatórias, podemos citar a redução da intensidade de emissão de GEE, investimentos em biocombustíveis, continuidade

do Programa de Otimização do Aproveitamento de Gás Natural que, permitiu o aproveitamento de gás associado na produção e exploração, estímulo ao uso racional dos combustíveis, patrocínio a projetos ambientais e outros. No entanto, como podemos observar na tabela abaixo, o número de emissões de GEE aumentou no ano de 2012. Segundo a empresa, “Esse resultado se deve, principalmente, ao aumento do despacho das térmicas ocorrido em 2012.” (p.140).

Tabela 1: Emissão de gases de efeito estufa de 2010 a 2012.

EMIÇÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA – 2010 A 2012 (em milhões de toneladas de CO ₂ equivalente)			
	2012	2011	2010
Emissões diretas	66,0	54,9	60,0
Emissões indiretas	1,4	1,3	1,1
Total de emissões	67,4	56,2	61,1

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, Petrobras, 2012.

Acessado em: 7, novembro, 2013.

O gráfico abaixo, nos mostra em qual setor de atividade ocorrem mais emissões de GEEs.

Gráfico 3: Distribuição de Emissões de GEE por atividades



Fonte: Relatório de Sustentabilidade, Petrobras, 2012.

Acessado em: 7, novembro, 2013.

Com base no gráfico acima, percebemos que a atividade de Extração e Refino são as que mais emitem GEE, merecendo assim uma atenção maior no que tange às ações para diminuir essas emissões e minimizar os impactos das mesmas sobre a atmosfera. Nesse momento, cabe uma reflexão sobre a atuação e prática dessa empresa: até que ponto toda essa iniciativa demonstrada em melhorar sua atuação sobre o meio ambiente reflete, de fato, nas suas ações para com a natureza? Ou ainda, como que mesmo com todos esses investimentos, os números relatam um aumento dessas emissões? Sendo assim, nesse aspecto, acreditamos

que a Petrobras ainda precisa melhorar sua atuação nesta área para que seu trabalho se alinhe ao que é proposto pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

Já o assunto Comunicação, também trabalhado pelo CEBDS, vem apresentado no Relatório da Empresa dentro do tema “Nossos públicos de interesse” e “Transparência e Prestação de Contas”. Em um primeiro momento, a empresa fala sobre o seu Plano Integrado de Comunicação da Petrobras, o PIC, que é responsável por definir quais grupos de indivíduos ou organizações estabelecem ou podem estabelecer relações com a organização. Ao todo são 13 categorias de público, entre clientes, comunidades, concorrentes, comunidade científica e acadêmica, fornecedores, imprensa, consumidores, investidores, e outros. Ainda dentro do primeiro tema, o relatório apresenta um subtítulo chamado “Comunicação e Relacionamento” onde apresenta algumas ferramentas de pesquisa adotadas para o direcionamento da comunicação com o público. Além disso, o capítulo expõe os canais de comunicação adotados, os programas de relacionamento que são desenvolvidos, pesquisas de satisfação dos clientes e outras informações relacionadas ao público de interesse.

Sobre isto, podemos dizer que a empresa procura estabelecer um diálogo e transparência com a sociedade, que também é fundamental para que a sociedade possa participar direta e indiretamente da construção de uma nova realidade. No entanto, acreditamos que o que é proposto pelo CEBDS aparece no Relatório de Sustentabilidade da empresa nos capítulos sobre “Desenvolvimento Local” e “Investimento Social”. Nestes, são apresentados o relacionamento da empresa com as comunidades, os investimentos em projetos sociais, ambientais, esportivos e culturais, caravanas e outros. A partir de uma leitura destes, podemos dizer que a atuação da Petrobras visa contribuir para a construção de uma nova realidade e concepção de sustentabilidade para as comunidades locais em que a mesma atua (que nem sempre é compatível com as ações da empresa em determinados setores).

Apesar disso, podemos pensar na relação da empresa com a comunidade pesqueira do entorno da Baía de Guanabara-RJ, por exemplo. Neste caso, não são estabelecidos canais de comunicação com a comunidade e são inúmeros os conflitos existentes nessa relação, já que, os interesses empresariais sobrepõem-se aos interesses da comunidade local. Dessa forma, desenvolve-se um trabalho amplo que pretende atingir o público de forma geral, porém, com atuação restrita ou diríamos até, sem um lugar definido, ou seja, um trabalho que não estabelece uma comunicação justa com comunidades atingidas pela atuação da empresa.

Já no tema “Transparência e Prestação de Contas”, o relatório diz “A condução de nossos negócios requer transparência nas ações e nas posições adotadas, especialmente no que se refere às informações repassadas à sociedade” (p.49). Para alcançar tal objetivo, a

Petrobras faz o recebimento de manifestações através de sua Ouvidoria Geral, atua em medidas contra a corrupção e disponibiliza informações em seus canais digitais, demonstrando assim um amplo trabalho em relação à comunicação com a sociedade. Nesse sentido, acreditamos que o significado dado ao tema Comunicação na Petrobras difere do sentido dado pelo CEBDS. Na Petrobras o termo Comunicação refere-se ao veículo de comunicação com a sociedade, no sentido de atualizar a sociedade sobre a atuação da mesma. Já no CEBDS, a Comunicação se refere a disseminação pela sociedade do conceito de desenvolvimento sustentável, isto é, objetiva mais disseminar do que atualizar.

Analisando o tema Mobilidade, proposto pelo CEBDS, vemos que o mesmo está apresentado no Relatório no assunto “Transporte”. Em sua apresentação, a empresa divulga sua participação e distribuição em nosso território, utilizando-se sempre de dados em números para demonstrar os resultados alcançados durante o ano. Nessa perspectiva a empresa apresenta grande investimento e uma boa articulação entre seus veículos de operação, integrando o transporte marítimo e terrestre com constante renovação de sua frota. Sendo assim, podemos dizer que os objetivos propostos pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, são alcançados já que a empresa busca tornar sua logística cada vez mais eficiente e segura, colaborando assim para uma mobilidade multimodal mais apropriada.

Por último, analisaremos o tema Finanças, que aparece no relatório dentro do assunto “Atuação Corporativa”. Neste capítulo, a empresa divulga seu modelo de gestão, sua estrutura organizacional, suas políticas adotadas, compromissos firmados e outros. De acordo com o relatório, a empresa declara “Seguimos procedimentos de gestão compatíveis com as normas dos mercados em que atuamos, para garantir a adoção de padrões internacionais de transparência” (p.13), revelando assim preocupar-se com os princípios defendidos pelo CEBDS. Ainda de acordo com o texto, podemos observar que, a área de Financeira e de Engenharia da empresa possui os seguintes grupos: Financeiro Corporativo, Planejamento Financeiro e Gestão de Risco, Finanças, Contabilidade, Tributário e Relacionamento com Investidores. Cada um desses grupos possui uma equipe que trabalha em conjunto para alcançar os objetivos propostos pela empresa.

Além disso, o texto apresenta um tópico chamado “Estatuto Social e Códigos”. Nele são apresentados os princípios adotados pela empresa, as relações estabelecidas com seus funcionários e clientes, seu Código de Ética, o de Boas Práticas e o de Conduta Concorrencial. Nestes códigos, são definidos os princípios, políticas internas e compromissos que norteiam as ações da empresa. Em outro momento, no subcapítulo “Estratégia”, a

empresa relata que adota os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), se comprometendo voluntariamente, a cumprir e a comunicar seu desempenho em princípios de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, fatores esses fundamentais na construção de uma nova sustentabilidade.

Nesse sentido, concluímos que o trabalho desenvolvido pela empresa, apesar de buscar seguir o que é proposto pelo CEBDS na medida em que, objetiva desenvolver um trabalho transparente seguindo os princípios de ética e responsabilidade corporativa, investindo em melhores tecnologias de produção, projetos socioambientais e outros, não apresenta compatibilidade com a atuação da empresa sobre o meio ambiente e consequentemente, sobre o equilíbrio socioambiental. Ou seja, apesar dos investimentos citados acima, é necessário que a Petrobras desenvolva um trabalho que respeite as limitações de ambientes naturais e a relação das comunidades com estes, sem impor seus interesses lucrativos como prioridades. O ideal é que a empresa não precise realizar atividades compensatórias, como pagamentos de indenizações à populações atingidas por danos ambientais, mas sim, trabalhos que evitem ao máximo a realização destes crimes. Acreditamos que, somente desta forma, a Petrobras deixará de ser uma empresa conhecida negativamente por seus amplos impactos socioambientais.

4.2 Natura

Estudaremos agora a atuação da última empresa a ser analisada, Natura. Trata-se da empresa líder no mercado brasileiro de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal. Vale ressaltar que a Natura foi nomeada em 2013, a 2ª empresa mais sustentável do mundo pela *Corporate Knights* em pesquisa feita com 22 países, o que nos revela certo respeito internacional dado ao trabalho realizado pela companhia. Para começar nossa análise, vejamos como é trabalhado o tema Água pela organização. Segundo o Relatório Natura (2012a), a empresa preocupa-se com a questão da água e busca monitorar o consumo de água em seus espaços e nos principais fornecedores, alcançando a meta de consumo relativo para o ano de 2012 de 0,40 litro por unidade produzida. Para tanto, a Natura vem realizando melhorias em sanitários, em estações de tratamento, no Clube Natura, reaproveitamento de água e outros (RELATÓRIO NATURA, 2012b).

Além disso, o Relatório em versão completa, a empresa aborda algumas questões importantes como a distribuição de água no território nacional e o insuficiente saneamento básico realizado. Considerando esses aspectos, acreditamos que, apesar de ainda serem

necessárias algumas melhorias, como por exemplo, no volume total de uso da água, a empresa apresenta um conhecimento acerca da realidade deste recurso e seu uso no nosso país, assim como se mostra empenhada em realizar um trabalho eficiente que promova um uso racional e socialmente adequado. Sendo assim, consideramos que o trabalho desenvolvido pela empresa alcança os objetivos propostos pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, que preza pelo bom uso da água por parte das empresas.

O próximo tema analisado é Biodiversidade. De acordo com o Relatório Natura (2012a) “Há cerca de uma década, a Natura contribui com o governo brasileiro para o aperfeiçoamento da legislação de acesso à biodiversidade e ao conhecimento tradicional associado, capaz de combinar a inovação e o uso sustentável desses recursos” (p.39), apontando ainda que a empresa anseia pela criação de uma lei que integre a produção, o consumo e, acima de tudo, favoreça a conservação da biodiversidade. Segundo o Relatório Natura (2012b), dentre as práticas realizadas nesse assunto, a Natura investe em programas e possui certificações ambientais que orientam suas atividades, como a Política Natural de Uso Sustentável da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado ou como é habitualmente chamada, Política de Sociobiodiversidade. Para os próximos anos, a companhia pretende ampliar seus investimentos em insumos da biodiversidade na região pan- amazônica.

Deste modo, podemos dizer que as atividades realizadas pela Natura nesse tema, procuram estar de acordo com os propósitos do CEBDS, já que visam o uso racional e sustentável dos recursos, colaborando assim para a manutenção dos mesmos. Vejamos agora o próximo tema estudado: Clima. Esse assunto aparece no Relatório Natura (2012^a) dentro do capítulo chamado “Mudanças Climáticas”. Logo no começo, o documento anuncia que a Natura reduziu 7,4% de suas emissões absolutas em 4 anos, fruto do investimento em novas fontes energéticas e em ecoeficiência para cortar parte das emissões de gases que causam o efeito estufa. No entanto, essa diminuição não foi suficiente para cumprir a meta de redução para esse período. Segundo o Relatório, isso não foi possível devido ao aumento da participação das termelétricas no fornecimento de energia no final de 2012 com o intuito de compensar o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas. Ainda de acordo com o documento, a Natura é uma empresa de carbono neutro desde 2007 e investe em programas de reflorestamento, eficiência energética e substituição de combustíveis, obtendo assim, créditos das emissões evitadas.

A partir dessas informações, podemos considerar que a Natura busca desenvolver um trabalho coerente com o objetivo do CEBDS, possibilitado pela atuação da empresa que compreende seu papel e colabora para a diminuição dos Gases de Efeito Estufa na atmosfera. Outro tema a ser analisado é Comunicação. Como deixa claro o Relatório Natura (2012b), um dos objetivos da construção, divulgação e aprimoramento desse documento, é fazer com que haja uma comunicação mais dinâmica e atualizada ao longo do ano com o público, informando-os sua atuação de forma contínua e interativa. Segundo a Natura: “Disponibilizamos vários canais de comunicação para suporte ao trabalho de nossas consultoras e estamos incrementando especialmente as ferramentas online para dar mais agilidade e aprimorar o atendimento.” (p.75). Além do relatório anual, a Natura possui canais de Ouvidoria, produz a Revista Natura Digital, Revista Natura (impressa), Revista Consultoria, possui um programa na televisão, um blog chamado Blog Consultoria e outros.

Durante todo o texto, é enfatizado que a empresa está trabalhando para unificar e tornar seus canais de comunicação mais eficientes, principalmente os online. Sobre essa perspectiva, acreditamos que o trabalho desenvolvido pela Natura, é eficiente já que busca ouvir não só seus clientes, mas todo o público que interage direta e indiretamente com a companhia e está buscando aperfeiçoar seus serviços. Assim como o que é proposto pelo CEBDS, a Natura busca oferecer ferramentas que possibilitem nossa sociedade alcançar um novo patamar de desenvolvimento e esclarecer e disseminar, através de suas revistas, por exemplo, o conceito de desenvolvimento sustentável e seu potencial transformador. Acreditamos que ao divulgar um trabalho coerente e respeitoso com a sociedade e natureza, colabora-se para a construção de uma nova sociedade, portanto, os canais de comunicação podem e devem atuar nesse sentido.

Nesse aspecto, podemos dizer que a Natura desenvolve também trabalhos com diversas comunidades que objetivam maior comunicação e interação entre ambas, e cultivar o cuidado com o relacionamento com essa população. Acredita-se que dessa forma, é possível que os trabalhos desenvolvidos gerem benefícios tanto para as comunidades como para a empresa. Como exemplo, podemos citar os trabalhos desenvolvidos pela Natura Ekos com grupos de pequenos produtores rurais, que visa estabelecer um relacionamento eficiente e equilibrado que beneficie tanto as comunidades produtoras quanto a empresa. Além deste, destacamos o Programa Acolher, realizado com comunidades do Rio de Janeiro, que objetiva reconhecer pessoas que realizam ações beneficentes e promovem transformações sociais nessas comunidades e estimular este tipo de trabalho. Ambos representam ações da Natura

que alcançam os objetivos propostos pelo CEBDS e estabelecem relações positivas com a sociedade.

Outro tema a ser analisado neste trabalho, é a Mobilidade. No Relatório (2012b) são apresentadas algumas ações de melhorias e aperfeiçoamentos tomadas pela empresa para tornar seus transportes mais sustentáveis. Algumas medidas adotadas são, por exemplo, a instalação de uma caldeira movida à biomassa na nossa fábrica de Benevides. Ao invés do diesel, o equipamento é alimentado por briquetes de madeira certificada, podendo funcionar também a partir de resíduos vegetais como frutos e sementes. Também podemos citar:

Ampliamos o uso do cartão combustível para executivos, integrantes da alta gestão e para gerentes de vendas, limitando o abastecimento para etanol nos veículos fl ex. A partir de 2013, a Natura também será a primeira empresa a ter em sua frota de fretados um ônibus executivo à base desse combustível, o que ocorre hoje apenas no transporte público. (Natura, Relatório de Sustentabilidade 2012b, p.120).

Além disso, a companhia possui outros projetos que visam diminuir a emissão de GEEs e alguns planos para os próximos anos. A partir desses exemplos, já podemos perceber que, apesar de ainda precisar melhorar qualitativa e quantitativamente para maiores e melhores resultados, já é feito um bom trabalho visando uma mobilidade mais consciente. Sendo assim, vem sendo realizado um trabalho que pretende alcançar os objetivos relatados pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, na medida em que se empenha para tornar eficientes, limpas e seguras sua rede logística e de mobilidade urbana.

Por fim, analisaremos agora o tema Finanças, encontrado no Relatório Natura (2012b) no capítulo chamado “Governança Corporativa”. Sobre essa perspectiva, a Natura objetiva proporcionar um sistema corporativo cada vez mais representativo, transparente e alinhado às melhores práticas do mercado. A empresa trabalha para manter a coerência de suas políticas financeiras, alcançando bons resultados e combatendo possíveis corrupções e desvios éticos. Sendo assim, a Natura busca realizar um trabalho calcado nos princípios de ética e transparência. Logo, podemos dizer que também nesse aspecto, a Natura reúne esforços para realizar um trabalho coerente em relação aos objetivos propostos pelo CEBDS.

5. A sustentabilidade para além dos negócios

Diante das várias concepções e discursos acerca da sustentabilidade dentro de uma mesma sociedade capitalista, compreendemos essa enorme diversidade como práticas estratégicas em um cenário mundial, fruto da disputa entre diferentes potências capitalistas. Potências estas que, buscam alavancar seu poder com base na incessante busca por lucratividade. Segundo Carvalho (1988), dentre os discursos, o discurso nomeado oficial (dominante) fica sendo aquele enunciado por instituições governamentais e intergovernamentais, no caso, principalmente instituições das grandes potências. Sobre esse processo, Santos (2001, pg.35) afirma:

A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo “pensamento único”, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemonzados. (SANTOS, 2001, p.35).

Em outras palavras, o discurso ecológico dito oficial opera na construção de uma concepção acerca do mundo, de acordo com os interesses do projeto dominante, afirmando assim seu modelo capitalista sobre outros territórios. Dessa forma, existe uma variedade de discursos, prevalecendo os que se afirmam como dominantes, em diferentes regiões. Conseqüentemente, cada discurso possibilita uma percepção diferente da crise. Sobre essa afirmação, Guimarães nos diz que “para grupos dominantes, a percepção dessa crise não se dá tanto pela convivência imediata dos problemas – já que eles têm a possibilidade de amenizá-los -, mas sim pela influência que a crise ambiental vem exercendo sobre o processo de acumulação do capital” (2000, p.25). Já para grupos dominados, a percepção dessa crise se dá de forma mais imediata e intensa, já que essa população vivencia de forma direta os problemas ambientais.

Sobre esse contexto, diversas instituições se apropriam de um discurso voltado para a defesa do meio ambiente e tem como meta adequar-se a padrões considerados sustentáveis, como é o caso das empresas analisadas nesse trabalho, Petrobras e Natura. No entanto, como ressalta Guimarães: “ao se defender propostas partindo da lógica do modelo na qual os problemas se estruturaram, encontram-se soluções pontuais e parciais” (2000, p.26). Nesse sentido, a questão ambiental é reduzida a soluções com aspectos gestionários e comportamentais que, na prática, não são capazes de sensibilizar a sociedade para a real questão do problema e, conseqüentemente, são inadequadas para amenizar a crise. Sendo assim, devemos compreender essa atual preocupação empresarial, mais como resultado de

uma cobrança da sociedade, das ONGs, dos governos e outras instituições, do que como uma real conscientização do empresariado, já que calcadas em um discurso oficial dominante, as empresas buscam uma maior lucratividade.

Como ressalta Dias (2010), embora haja um crescimento da mobilização em torno da sustentabilidade, esta ainda está muito restrita a práticas no ambiente interno das organizações, caracterizando mais uma vez práticas pontuais e reducionistas. Estas, já significam um avanço, quando pensando que pode ser um começo, o primeiro passo de um longo caminhar, no entanto, ainda é pouco quando pensamos em empresas como agentes de verdadeiras sustentabilidades. Além disso, infelizmente, muitas empresas ainda agem somente mediante cobrança de órgãos fiscalizadores, a fim de evitarem possíveis multas, ou ainda para conseguirem vantagens, como redução de impostos. As práticas ambientais realizadas não são feitas como deveriam ser e raramente atuam sob o foco principal do problema. Pensando nisso, torna-se necessário que seja pensada uma nova forma de tornar eficaz e verdadeiro esse processo de readequação das empresas à processos sustentáveis.

Nesse sentido, torna-se essencial que, não só o empresariado, mas toda a população compreenda a problemática ambiental como uma questão socioambiental, ou seja, uma questão que não é somente social ou da natureza, e sim que se trata da sociedade e suas relações com a natureza. Dessa maneira, é possível entender a atual crise socioambiental como consequência da forma como a sociedade se organiza para produção e consumo, isto é, essa crise é fruto dos paradigmas da sociedade moderna. Sendo assim, torna-se possível fazer uma análise do atual modelo de desenvolvimento que estamos vivendo, essencialmente consumista e degradador, compreendendo que “o aumento do consumo, essencial do “desenvolvimento”, é inerentemente incompatível com o “desenvolvimento sustentável”” (MARTINE, p.27, 1993).

É importante ainda, ressaltar o papel assumido pelos veículos midiáticos e algumas instituições como formadores de opiniões através da disseminação de um discurso que tenta transferir a responsabilidade dos grandes empreendimentos para a sociedade civil. Isso se faz presente, principalmente, em anúncios de diversos produtos e em propagandas apelativas (e.g., para a economia de recursos como água e energia). Sobre isto, cabe-nos analisarmos essas mensagens e refletirmos sobre nosso atual papel na sociedade. É importante e fundamental que cada um cumpra seu papel, ou seja, possua práticas diárias que não venha a comprometer, direta ou indiretamente, o futuro da nossa geração no que tange ao desenvolvimento socioambiental. No entanto, é necessário o investimento em educação ambiental para que cada vez mais, as pessoas compreendam seu papel como cidadão e o das

organizações na atuação sobre o meio ambiente. Desta maneira, torna-se possível a sociedade compreender que são as grandes corporações os principais atores responsáveis por danos ambientais e conseqüentemente, pela diminuição dos recursos naturais. Cabe a essas instituições o maior papel no sentido de diminuir os impactos sobre o meio ambiente.

Como podemos observar, o próprio CEBDS, assim como a Natura e Petrobrás, fazem uso, várias vezes, tanto do termo Desenvolvimento Sustentável quanto Sustentabilidade. Ou seja, apesar da proposta de mudança em suas utilizações, os termos Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade vem sendo utilizado da mesma forma, com a mesma aplicação, sendo usados inclusive juntos como se tivessem o mesmo significado. Isto é, na realidade o que se percebe é que a mudança na utilização dos termos não se deu de forma efetiva e, que as empresas continuam realizando o mesmo trabalho, porém utilizando os dois termos para omitir a prioritária busca por lucratividade. Trabalho este, centrado em uma determinada sustentabilidade, isto é, aplicando um mesmo “modelo” sustentável para diversas áreas/regiões, desconsiderando assim as particularidades e diferentes potenciais de cada área.

Desta forma, apontamos como fundamental o papel da Geografia, tanto no ensino escolar quanto em projetos para o empresariado, na construção de valores e princípios que serão mais tarde, aplicados na construção de novas filosofias para os indivíduos e para as instituições. A Geografia como ciência que, transpassa diversas áreas do conhecimento, contribui para a criação de uma percepção do todo, possibilitando ao homem uma visão integrada da realidade baseada no equilíbrio da relação homem x natureza. Entendendo-se como integrado a uma única unidade, o homem deixa de apresentar uma postura de dominação sobre a outra parte, pois já não há mais separação entre as mesmas. Dessa forma, deixam de serem praticadas ações individualistas e passam a serem cultivadas as de cunho coletivo, visando sempre o melhor para todos. Além disso, passam a serem desempenhadas em ações diárias, práticas como compreensão, sensibilização e bom senso.

Ao trabalhar, em uma mesma realidade, questões políticas, econômicas, sociais e ambientais, a Geografia possibilita a sociedade compreender a realidade e enxergar as questões que o cercam no seu dia-a-dia de forma sistêmica, ou seja, sem fragmentá-la. Essa conscientização favorece, conseqüentemente, que o indivíduo trabalhe para a manutenção do equilíbrio entre as partes, sem favorecer um determinado aspecto sobre outro. Como nos diz Oliveira (2006), a Geografia apresenta-se como uma disciplina científica que trabalha com o espaço, “quer em termos absolutos, quer relativos e relacionais, de um ponto de vista horizontal, ambiental e social” (p.218). Dessa forma, acreditamos que a Geografia contribui

para a formação de seres políticos que compreendem seus papéis na sociedade e lutam por direitos e melhores condições de vida.

Podemos pensar na utilização da educação ambiental como um campo trabalhado pela Geografia a ser realizada como ferramenta que não se restringe a uma atuação pontual e parcial, isto é, que não se limite a ações comportamentalistas e não funciona como uma atividade-fim, isto é, uma atividade que "tome a parte e pelo todo e reduz-se a causa pela consequência." (LAYRARGUES, 1999, p.7). Somente com a formação de uma nova mentalidade empresarial esse mercado passará a adotar um sistema de gestão mais apropriado por vontade própria, pois compreenderá sua importância e viabilidade econômica. Consequentemente, teremos dessa forma, a criação de um novo espaço, formado agora, por uma nova sociedade, mais consciente e crítica. Como nos lembra Santos "A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade" (1992, p.49).

Podemos refletir ainda que, com a construção de um novo Espaço e consequentemente novas Estruturas, Funções e Processos, será possível estabelecermos um novo e efetivo Lugar. Isso significa dizer que, teremos centros, dotados de valores, que funcionarão agora como o ideal e um lugar de todos, ou seja, um lugar onde as pessoas se enxergam como parte da totalidade (participando na construção desta) e se identificam por apresentar como característica principal a qualidade de vida. Dessa forma, a educação revela-se como um instrumento de gestão capaz de intervir no processo de construção social da realidade, seja para conservá-la ou transformá-la. Além disso, vale aqui ressaltar, a importância de uma gestão que possibilite a participação de diferentes atores envolvidos no problema. No caso, é crucial o empenho das empresas na criação de mecanismos participativos para que seja possível o envolvimento da sociedade na construção dessa nova gestão.

Como nos diz Guimarães (2001), a participação da população neste processo possibilita a ação interativa entre as forças de diferentes interesses que, se complementam e contrapõem numa realidade percebida como totalidade. E ainda, a ausência dessa participação "decompõe a realidade, reduzindo-a e simplificando-a, não dando conta da compreensão de sua complexidade e somente possibilitando intervenções parciais e pontuais." (p.187).

Considerações Finais

Este trabalho teve por finalidade apresentar como vem sendo pensada e realizada a questão ambiental no meio empresarial. Para tanto, buscamos apresentar como surgiu o movimento em defesa do meio ambiente e como essa lógica se inseriu e vem se afirmando no cotidiano das empresas. Ainda nesse contexto, apresentamos o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) ou Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, que é a rede que tem por objetivo discutir estratégias ligadas ao desenvolvimento sustentável. Por sua vez, o WBCSD possui um representante no Brasil, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que teve apresentado aqui o seu papel e atuação como órgão que busca orientar e estimular organizações a contribuírem para um desenvolvimento sustentável.

Objetivando uma análise do trabalho proposto pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e do trabalho desenvolvido pelas empresas associadas ao órgão, foram escolhidas duas organizações (Petrobras e Natura) com diferentes atuações sobre o meio ambiente, para averiguar a coerência existente entre o que é proposto pelo Conselho e o que é realizado pelas mesmas. Nesse momento, examinamos os trabalhos desenvolvidos por tais organizações e fizemos algumas pontuações sobre suas propostas e suas atuações sobre o meio ambiente. Para isto, utilizamos dados disponíveis nos Relatórios Anuais dessas empresas do ano de 2012 e informações importantes encontradas em seus sites.

Para finalizar, abordamos como pode e deve ser feito um trabalho para que haja Sustentabilidade para além dos negócios, para além de uma incessante busca por lucratividade. Deste modo, buscamos compreender como é feita a apropriação desse discurso pelas companhias e o “conflito” teórico entre a utilização simultânea dos termos Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade por parte tanto das empresas quanto pelo próprio CEBDS. Apresentamos também como colaboração a ciência Geográfica e seu potencial para auxiliar na construção de uma nova realidade e na busca pela(s) sustentabilidade(s), já que se trata de uma ciência norteadora que aborda diversos ramos do conhecimento.

Esperamos que a escolha de analisar esse momento, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e algumas de suas empresas associadas, possa colaborar para a minha formação como professora e pesquisadora, vindo a enriquecer futuros trabalhos e contribuindo também para minha formação como ser político crítico com a realidade. Além

disso, espero que esse trabalho possa fomentar novas reflexões acerca deste tema, colaborando para uma formação crítica dos leitores e auxiliando em outros trabalhos desta temática.

Referências

- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. – 7.ed. ver. e atual. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável**: Dimensões e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2003. - (Coleção Papirus Educação).
- CARVALHO, Isabel C. M. **Territorialidades em luta**: Uma análise dos discursos ecológicos. Dissertação de mestrado em educação. Rio de Janeiro: Iasae/FGV, 1988, p.133.
- COELHO, Victor Monteiro Barbosa. **Baía de Guanabara**: uma história de agressão ambiental. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenações de Publicações, 1995.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 1ª ed. – 7, reimpr, 2010, p. 38.
- GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2004. - (Coleção Papirus Educação).
- _____. Educação Ambiental e a Gestão para a Sustentabilidade. In: Santos, J.E.; Sato, M.. (Org.). **Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. 1ª ed. São Carlos/SP: RIMA, 2001, v. 1, p. 183-195.
- _____. **Educação Ambiental**: No consenso um embate? Campinas, SP: Papirus, 2000. - (Coleção Papirus Educação).
- HARVEY, David. **Espaço de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LAGO, Antônio e PÁDUA, José Augusto (1984). **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 1999. p. 131-148.
- MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: MARTINE G., **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Editora da UNICAMP: 1993, p.21-37.
- OLIVEIRA, Lívia de. O ensino/aprendizagem de geografia nos diferentes níveis de ensino. In: **Geografia em perspectiva: ensino e geografia** / organizadores Nídia Nacib Pontuschka, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

RUA, João: Desconstruindo discursos acerca das noções de sustentabilidade e de desenvolvimento. In: – **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço** - UERJ, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/4363>>. Acesso em: 28 de outubro de 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** – 4ª ed. 4ª reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo, SP: Nobel, 3ª ed., 1992. – (Coleção espaços).

_____. **Espaço e sociedade: a formação social como teoria e como método.** Editora Vozes, Petrópolis, 1979 (2ª edição: 1982).

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 6ª Ed. 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **Consciência ambiental e desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/ambiente.htm>>. Acesso em: 28 de outubro de 2013.

Referências Eletrônicas

A carta da Terra em Ação. Disponível em:<<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>> Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://cebds.org.br/>> Acesso em: 07 de novembro de 2013.

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>> Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955&ref=608>> Acessado em: 15, janeiro, 2014.

Ministério do Meio Ambiente. **Ética e sustentabilidade.** Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates10.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2013.

Natura. Disponível em: <<http://www.natura.com.br/institucional/sobre-a-natura/premios-e-reconhecimentos/sustentabilidade/global>> Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

Natura na Comunidade. Disponível em: <<http://naturanacomunidade.com.br/sobre-o-programa/>> Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

O elo com as Comunidades. Natura. Disponível em: <<http://naturaekos.com.br/valores-da-marca/o-elo-com-as-comunidades/>> Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

Relatório de Sustentabilidade 2012. Petrobras. Disponível em:
<http://www.petrobras.com.br/rs2012/downloads/RS_portugu%C3%AAs_2012.pdf>
Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

Relatório Natura 2012. (a) Versão Compacta. Disponível em:
<http://relatorio.natura.com.br/relatorio/sites/default/files/Natura_RA2012_bx.pdf>
Acesso em: 06 de janeiro de 2014.

Relatório Natura 2012. (b) Versão Completa GRI. Disponível em:
<http://natura.infoinvest.com.br/ptb/4264/RelatorioAnual_2012_CompletoGRI_Port.pdf>
Acesso em: 03 de janeiro de 2014.

World Business Council for Sustainable Development.

Disponível em: <<http://www.wbcsd.org>> Acesso em: 19 de novembro de 2013.